



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE  
ARARAQUARA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**


---

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

---

**JOÃO MAHINGA SEBASTIÃO**

**Aspectos do Mercado de Trabalho em Angola:  
O período colonial, pós a independência e o período pós o  
fim da guerra civil década de 2000.**

A large, abstract geometric pattern in shades of blue and white, consisting of overlapping triangles and lines, forming a complex, crystalline structure.

Araraquara-SP  
Novembro de 2012

João Mahinga Sebastião

**Aspectos do Mercado de Trabalho em Angola: O período colonial, após a independência e o período após o fim da guerra civil década de 2010.**

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Elton Eustáquio Casagrande.

Prof. Dr. Claudio Paiva.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Araraquara, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Elton Eustáquio Casagrande.

**Araraquara  
Novembro de 2012**

## Índice

Introdução.....	7
1 ANGOLA SOB DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA: ECONOMIA, MÃO-DE-OBRA E O MERCADO DE TRABALHO (1482-1961).....	7
1.1 Origens e estratégias da chegada portuguesa a Angola.....	7
1.2 O lugar dos brancos e negros no mercado de trabalho em angola: escravidão, classes sociais e a dinâmica da economia na época colonial.....	9
1.3 A transição da escravatura/trabalho forçado para o trabalho assalariado.....	11
1.4 Estatutos do trabalho forçado .....	14
2 – O ESTADO ANGOLANO E A ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 1980 -90.....	16
2.1 Situações geográficas.....	16
2.2 Composições Éticas.....	17
2.3 Transições para Estado Nacional.....	18
2.4 O fim da colonização e as disputas dos movimentos de libertação: origens, contornos e reflexos no mercado de trabalho em Angola.....	18
2.5 Movimentos migratórios e crescimento da população .....	20
2.6 Trabalho assalariado em angola.....	25
2.7 O mercado formal e informal em Angola.....	26
3. A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E O MERCADO DE TRABALHO APÓS A INDEPENDENCIA (1975-2010).....	28
3.1 O fim da guerra civil entre o governo do MPLA e a UNITA: caracterizando a mão-de-obra, (des) emprego e mercado de trabalho após a assinatura da paz 2002.....	28
3. O aparecimento da indústria petrolífera em Angola.....	29
3.3 A presença de empresas chinesas em Angola e o mercado de trabalho .....	32
4 Conclusão.....	36
5 Referências: .....	37
6 Anexos.....	39

## AGRADECIMENTOS

Tudo se inicia com a visita feita pela sua excelência Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando este visitou a República de Angola em 2007 e assinou diversos acordos bilaterais entre os dois governos, principalmente nas áreas de educação e tecnologias, por intermédio destes, tive a oportunidade de ser selecionados pelo Instituto Nacional de Bolsas (INAB), para uma oportunidade de formação superior na UNESP - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara. Esta faculdade não veio me trazer apenas mais conhecimentos, mas me tornou homem capaz de enfrentar diversos desafios e assumi-los com responsabilidade.

O meu agradecimento é aos meus pais, que embora do outro lado do oceano atlântico, me mostraram como se deve viver e se relacionar com as pessoas fora da nossa casa, do país e do continente.

Quer agradecer meus irmãos Augusto João da Costa, Bartolomeu da Cunha, e ao meu primo Miranda, que me apoiaram desde a minha saída em Angola, e durante a minha estadia no Brasil, pois muitas vezes acredito que sem eles, não conseguiria ir tão além.

Quero agradecer a todos os meus amigos de turma; Lucas Taranto (Bile), Luiz Guilherme (Tanki) e Lucas Morais (Nash), etc., etc...

Quero agradecer a todos meus amigos da República África, na Av. Mário Ybarra de Almeida, Júlio Aponto Té, Dábana e Hartiaga, Sumbunhe, Alfa, Duarte Quebi, principalmente, Júlio Cateia, Igor, e Fiston, etc., etc...

Quero agradecer aos pais da minha namorada Sr. Osvaldo e Sra. Maria, ao tio Miguel, tia Letícia, e as minhas primas Nádia e Nilce Sabino, embora sendo um desconhecido em sua casa, me acolheram e me fizeram sentir como se eu fosse membro da família, eles foram muito especial durante minha estadia em Araraquara, espero lembra-los em toda minha vida.

Ao Prof. Dr. Elton Eustáquio Casagrande (meu orientador), após convite feito para integrar ao seu grupo de pesquisa, com influencia de sua orientação proporcionou que minha monografia tivesse seu lado idealista. O meu agradecimento ao Professor Dr. Claudio Paiva, por aceitar meu convite de participar na banca.

Por fim a uma pessoa especial que foi minha namorada durante a graduação e apesar de muitos conflitos e desentendimentos, sempre me apoiou e pude contar com ela em muitas horas difíceis, minha namorada e companheira Luana Elis Sabino.

## **Resumo**

A presente pesquisa descreve como está sendo construído o mercado de trabalho em Angola, desde a chegada dos portugueses até o período da década de 2000, neste trabalho procurou-se explorar os principais determinantes na reconstrução nacional. Com isso, procurou-se entender as políticas que o governo tem adotado no processo de reconstrução nacional, reassentamento das populações desalojadas e as suas posteriores mobilidades para os seus postos de trabalho.

A pesquisa é qualitativa descritiva e se baseou em fontes documentais, relatórios institucionais e bibliográficos e está estruturada em três etapas. O primeiro consiste em abordar os aspectos históricos da evolução econômica de Angola durante período colonial desde a penetração imigração portuguesa na sua colônia africana, a escravatura e o período do trabalho forçado.

A segunda etapa corresponde ao período considerada década perdida devido a guerra civil que inviabilizou o desenvolvimento e a mobilidade de pessoas e bens durante as décadas de 80 e 90. As duas décadas desencadearam abandono das indústrias e empresas dos proprietários e gestores portugueses, provocando uma redução na produção nacional transformando a economia angolana na informalidade e um excesso de mão-de-obra.

Nesse período o Estado não se mostrava capaz de garantir a segurança da população camponesa e de todo o cenário da violência, da queima das habitações, das pilhagens, dos raptos e das violações, fizeram com que parte significativa desta população abandonasse o interior do país e migrasse para os centros urbanos mais próximos em busca de trabalho e de segurança.

Deu-se muita ênfase na terceira etapa, por este retratar o momento atual do mercado de trabalho aquecido com a reconstrução e a mobilidade das pessoas em todo o país. Durante a década de 2000, o fluxo migratório trouxe um problema de urbanização das cidades em todo o país. Levando a um aprofundamento das diferenças em condições habitacionais das grandes cidades que viram crescer os seus bairros periféricos. Nesses bairros coabitam a miséria humana na forma de elevadas taxas de densidade demográfica, acumulação de lixo, ausência de serviços de saneamento, fornecimento de energia elétrica, água potável, taxas elevadas de desemprego e subemprego.

Nesse período em estudo, a maioria da população economicamente ativa não possuía nível aceitáveis de qualificação profissional, o que reduzia as suas oportunidades de obtenção de um emprego de qualidade.

Um dos fatores que contribuíram para a disparidade da riqueza e do aumento dos mercados informais entre as população estava na natureza do sector petrolífero por falta de uma boa distribuição das receitas. Este setor era o mais protegido enquanto que os outros da economia tinham entrado em colapso durante as três décadas de guerra civil. A economia angolana é dependente fortemente das receitas do petróleo, um sector de capital intensivo com pouco impacto no fornecimento de emprego.

A contribuição da China na reconstrução das obras públicas do país foram assinados três acordos de crédito nos dias 2 de Março de 2004, 19 de Julho de 2007 e 28 de Setembro de 2007, nos valores de 2 bilhões, 500 milhões e 2 bilhões de dólares, respectivamente.

**Palavras-chave:** Trabalho forçado, Mercado informal, e Reconstrução.

## **Introdução**

A monografia apresenta uma visão geral da evolução do mercado de trabalho de Angola desde a era colonial, o período após a independência e o período pós-guerra civil. No primeiro capítulo descreve o período colonial desde a chegada dos portugueses em 1484, quando uma armada comandada pelo navegador português- Diogo Cão chega à foz do rio Zaire, e é a partir daqui que se iniciará a conquista desta região de África incluindo Angola. O país foi colônia portuguesa, situada na costa atlântica ao sul da África Austral, ocupando uma extensão territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>.

Com a ocupação total do país se intensificou o tráfico de escravos e que só terminou quando, o governo português foi repreendido através de decreto internacional de 1878 que abolia definitivamente a escravidão. Através deste decreto internacional os é-escravos eram obrigados a prestar serviços assalariados para seus ex – donos, dando lugar ao serviço forçado.

No segundo capítulo abordou-se o período pós-independência política demonstrando as diferentes fases conflitos que o país atravessou desde 1975 até o período da morte do líder da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), Dr. Jonas Malheiro Savimbi.

Durante as décadas de 60 e 70, o país recebeu um fluxo migratório proveniente da Europa, enquanto após a independência política e início da guerra civil, milhares da população abandonaram as infraestruturas produtivas do país (agrícola e industrial), das zonas rurais totalmente destruídos e atraídos pelas cidades, nelas reconstruíram as suas vidas e não estavam dispostos a retornar às suas regiões de origem. Muitos se refugiaram em países vizinhos, como República Democrática do Congo, Congo Brazaville, Zâmbia, Namíbia e outros.

O terceiro capítulo aborda uma visão geral de como está sendo reconstruído o país após longos períodos de conflitos. Na década de 2000, muitos aspectos evoluíram inclusive a importância do mercado de trabalho e sua organização institucional. Houve necessidade da abertura da economia para industrialização.

A contribuição da China na reconstrução das obras públicas do país onde os projetos são encaminhados pelo governo angolano ao Grupo de Trabalho Conjunto, formado pelo Ministério das Finanças de Angola e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China (MOFCOM). Um Gabinete de Apoio Técnico de Gestão da Linha de Crédito da China tem acompanhado a execução de todos os projetos financiados.

# 1. ANGOLA SOB DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA: ECONOMIA, MÃO-DE-OBRA E O MERCADO DE TRABALHO (1482-1961).

Nesta parte do trabalho fazemos um recorte histórico para compreender o pai – Angola – desde a invasão colonial portuguesa até ao ano de 1961 onde começa a se configurar o trabalho formal. Procuraremos dar uma breve caracterização das relações de trabalho perpassando a economia para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo na presente monografia – o mercado de trabalho em Angola.

## 1.1 Origens e estratégias da chegada portuguesa a Angola.

A presença lusa em Angola data de 1482, quando uma armada comandada pelo navegador português- Diogo Cão<sup>1</sup> que, almejava chegar as Índias e entrar em contato com o Reino de Preste João (soberano cristão riquíssimo, cujo amplo domínio incluía o lado das terras muçulmanas da Etiópia). Reza a historia que estes contornaram a costa ocidental africana em busca de escravos e metais preciosos como o cobre e a prata.

Os navegadores chegaram à foz do rio Zaire onde estabeleceram alianças com o rei do Congo, construindo portos, fortalezas e igrejas. Estas alianças possibilitaram a penetração de Diogo Cão no interior do país dominando todas as regiões e posteriormente conquistando outros reinos como os do *Ndongo*, *Matamba*, etc. Segundo Hernandez (2005, p.563):

[...] os portugueses encontraram uma Angola que possuía uma herança histórica com grande heterogeneidade de organizações políticas e sociais. É possível identificar `` reinos, impérios e estados´´, atingidos pelo trato transatlântico como o império de Lunda, os estados do médio Kwanza, e os estados do planalto central e do sul.

A formação do reino do Congo, data do século XIII e teve como capital Mbanza Congo, limitando-se ao norte pelo rio Ogoue no Gabão e ao sul pelo rio Kwanza (Sul de Angola). Dividia-se em 6 províncias ( Soyo, Umpenda, Umbata, Sundi e Umbamba) administradas pelos manus que concentravam os poderes militares, administrativo, jurídico e religioso.

---

<sup>1</sup> Navegador e explorador português (- 1486). Nada se sabe a respeito de suas origens. Os primeiros registros de sua existência datam do início da década de 1480. O local de sua morte é desconhecido.



As províncias eram constituídas por distritos que por sua vez subdividiam-se em aldeias organizadas segundo o princípio de linhagem matrilinear, às quais se juntavam linhagens, clientes e escravos em decorrência de crimes praticados ou por terem sido feitos prisioneiros de guerra.

Segundo Hernandes (2005, p.564), em 1490 os portugueses regressaram ao porto de Mpinda (atual Porto do Soyo) com presentes do rei de Portugal ao rei Nzinga Nkuvu do Congo. Levaram artigos de comércio, um pequeno número de padres franciscanos e pedreiros, em troca de escravos, marfins e tecido do congo.

Através destes acordos o sucessor do rei seu filho, Nzinga Muemba (1506 – 43), foi batizado com o nome de D. Afonso I. Os Portugueses apoiavam cada vez mais os fidalgos da corte para que guerreassem as nações vizinhas afim de aumentarem o número de escravos que eram repassados para Portugal.

Com a morte de D. Afonso I, em 1543 as disputas em torno do poder acabaram destruindo a economia e enfraquecendo a aliança entre os dois Estados, facilitando assim a invasão dos Jagas<sup>2</sup> em 1575. Com eles o trato de escravos tornou-se crescente até por volta de 1575 quando foi encerrado o período afro- português.

Se até 1575 predominaram as relações entre Portugal e o reino do Congo, daí em diante foi se iniciado um período de resistência à ocupação caracterizada pela guerra entre o exército português e os estados do ciclo de Kwanza.

Com a morte do rei Nzinga Kanini sucessor do rei D. Afonso I, terminou o período de resistência à ocupação do ciclo do Kwanza.

Segundo Hernandes (2005), com a ocupação total do reino do Congo se intensificou o tráfico de escravos em todo reino. Com o conseqüente trafico de escravos, o governo português foi repreendido através de decreto internacional de 1878 que abolia definitivamente a escravidão. Através deste decreto internacional os és-escravos eram obrigados a prestar serviços assalariados para seus és – donos, dando lugar ao serviço forçado.

---

<sup>2</sup> “Jagas” foi o nome que os Portugueses deram, no final do Sec. XVI e durante o sec. XVII, a grupos de nativos africanos, predominantemente nómadas, que se caracterizavam por não trabalhar, dedicando-se à rapina e à violência sobre as populações.

## **1.2 O lugar dos brancos e negros no mercado de trabalho em angola: escravidão, classes sociais e a dinâmica da economia na época colonial.**

Em Angola a busca de terra foi mais intensa e o confisco de terras, como consequência de influxo de colonos e comerciantes brancos. A questão foi muito mais complexa ao norte do Kwanza, onde os portugueses exploravam intensamente a cultura do café utilizando a violência física para confiscar as terras de exploração coletiva (tanto as formas de trabalho compulsório e o confisco de terras alteram profundamente as estruturas sociais e políticas dos povos nativos).

A principal preocupação económica dos portugueses nesse período era o comércio, e não agricultura. Eles preferiam exportar escravos para enriquecer as plantações brasileiras a desenvolver em Angola a agricultura de plantação em larga escala.

Pode-se dizer que em Angola existem vários e numerosos grupos etnolinguísticos de origem bantus, grupos que ainda hoje habitam o território angolano: ambós, bakongos, hereros, lunda-tchokues, nganguelas, nhanecas-humbes, ovimbundos, quimbundos e xindongas.

Segundo Hernandez (2005, p.569), nas quatro primeiras décadas do século XX a população branca aumentou de nove mil para 44 mil indivíduos, a maioria compostas de artesãos, caixeiros e guarda – livros que como não tinham experiência agrícola prefeririam as atividades ligadas ao comércio de álcool e manufaturas.

**Tabela 1**

**Composição racial histórica e contemporânea da população angolana (1777-1970)**

Ano	Branços		Mestiços		Negros		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1777	1.581	-	4.043	-	-	-	-	-
1845	1.832	0,03	5.770	0,10	5.378.923	99,9	5.386.525	100
1900	9.198	0,20	3.112	0,06	4.777.636	99,7	4.789.946	100
1920	20.700	0,48	7.500	0,18	7.500	0,18	4.250.000	100
1940	44.083	1,20	28.035	0,75	3.665.829	89,1	3.738.010	100
1950	78.826	1,90	29.648	0,72	4.036.687	97,4	4.145.266	100
1960	172.529	3,60	53.392	1,10	4.604.362	95,3	4.673.449	100
1970	(290.000	(5,10)	-	-	-	-	5.673.046	100

Fonte: (Bender. 2004 p. 71). Angola sob o domínio português.

Segundo a tabela acima, os brancos não chegavam sequer a 1% da população até à década de 1920 – 1930 e os negros nunca foram menos de 95% do povo angolano.

Nesse período a mobilidade social foi grande, mas ainda são necessárias pesquisas que explicitem a interação entre os grupos, as redes de influência e o clientelismo. O grande fluxo de colonos portugueses somente ocorreu efetivamente a partir da segunda metade do século XX (nos anos 60 e 70 mais precisamente). A sociedade angolana é considerada plurinacional, multirracial e marcada pelo conflito. Luanda passou a ser considerada uma cidade em 1505 tendo em 1621 cerca de 400 famílias de portugueses e um número muito maior de angolano.

Segundo Bender, (2004 p.75), a maioria dos portugueses que moravam em Angola eram condenados, exilados ou degradados.

“Nesse período, os trabalhadores angolanos não tinham direito de se defender. Os não civilizados não tinham o direito de se organizarem e os assimilados não poderiam fazer-se ouvir nos sindicatos fascistas de Salazar (Cabral, 2008)”.

Exceptuando alguns funcionários e trabalhadores pagos miseravelmente os assimilados estavam permanentemente ameaçados de perderem os seus empregos e os seus filhos mais velhos encontravam-se geralmente sem emprego.

Mesmo os trabalhos que exigiam pouca qualificação, tais como serventes ou vendedores de loteria eram reservados aos europeus, os angolanos não estavam autorizados a tornarem-se motoristas de táxi ou mesmo vendedores.

Nas plantações, nas minas e em toda parte os horários de trabalho dependia inteiramente da vontade do patrão ficando o trabalhador angolano exposto ao capricho e às sanções dos colonos-incluído as violências físicas.

Segundo (Bender, 2004), Marcello Caetano primeiro ministro da Colónia de Salazar afirmou que a grande migração de mão-de-obra era causada pelo egoísmo cego dos patrões portugueses e pelo sistema de trabalho forçado que utilizavam os angolanos.

### **1.3 A transição da escravatura/trabalho forçado para o trabalho assalariado.**

A transição econômica do trabalho de escravos ou do trabalho forçado para o trabalho assalariado livre é uma ocorrência recente em Angola que resultou da revogação do estatuto do indigenato em 1961.

O governo português mostrava-se relutante em abrir as portas de Angola a imigrantes não portugueses como ocorreu na colônia brasileira.

Os degradados (angolanos) constituíam a vanguarda das forças que tentavam penetrar no interior durante o primeiro século da colonização angolana. Até ao final do século XX, os degradados em Angola raramente se encontravam encarcerados. Muitas vezes livres para se dedicarem ao comércio ou entravam no serviço do governo para exercerem as funções de segurança como: soldados e policiais (Chipaios).

Como mostra Bender:

Nos meados do século XVII, praticamente todas as posições no exército, na polícia, no comércio, oficiais especializados, comércio de bebidas alcoólicas por grosso e à retalho que não estavam ocupadas por indígenas foram tomadas por degradados (Bender, 2004).

Os portugueses que chegavam a Angola tinham carências de substrato da preparação e motivação para levarem em pratica as expectativas pomposas dos teóricos colonialistas de Lisboa.

Na legislação de 1875 existia uma clausula que considerava vagabundo:

Todos os angolanos que não exerciam nenhuma atividade produtiva eram considerados vagabundos e por consequente sujeitos a contratos de trabalho sem pagamentos. (Bender, 2004).

A avaliação da produtividade cabia habitualmente aos chefes de postos locais que não tinham dificuldade em encontrar vadios para satisfazer os pedidos de mão-de-obra livre feito pelos colonos. A legislação que abolia o trabalho forçado foi a maior parte ignorada.

Segundo Bender (2004 p.235), um novo código do trabalho promulgado nos derradeiros dias do século XIX estabelecia que todos angolanos que fossem encontrados a avaliar a lei (lei essa que procurava favorecer os portugueses) em termos que poderiam ser forçados a trabalhar para o Estado ou para indivíduos particulares.

Esses trabalhadores depois de serem inseridos no emprego raramente eram pagos, segundo um diplomata inglês que estava em Angola no início do século XX, afirmava que os trabalhadores contratados eram tratados praticamente como escravos.

Os portugueses davam um tratamento desumano aos trabalhadores angolanos porque segundo eles acreditavam que os africanos eram tão inferiores aos europeus e que valia apenas tentar civilizá-los através da educação.

O diretor de um semanário (Defesa de Angola) atacava sem descanso o trabalho forçado.

Segundo (Bender, 2004), depois de ter um dos seus repórteres agredido por um grupo de rufiões em Luanda, o mesmo foi expulso de Angola pelo governo de Portugal.

Alguns jornais de assimilados aderiram também ao ataque condenando não só as praticas do trabalho forçado, mas a própria civilização portuguesa que para eles pouco mais significava além do saque, devastação, venda, tortura e chacina das populações angolanas.

Eles cometiam os mais vergonhosos ultrajes, incluindo o trabalho forçado de trabalhadores independentes auto empregados, de mulheres, de crianças, de pessoas doentes e velhas. Apenas os mortos estavam realmente insetos do trabalho forçado. Nesse período, a situação do trabalho forçado era pior do que a criada pela escravatura.

A constituição de 1911 mantinha a obrigação de os indígenas trabalharem, limitando os contratos há dois anos e proibia os patrões de utilizarem castigos corporais.

Por decreto de 1926 e 1928 estabeleceram-se novas leis indígenas que em teoria aboliam a cláusula de vagabundagem, mas acrescentaram a estipulação de que os angolanos deviam trabalhar por salários pagos durante um período de cada ano e casos se recusassem a trabalhar de livre vontade poderiam ser contratados pelo estado.

Nesse período houve relatos de que a taxa de mortalidade dos angolanos fornecidos pelo governo, atingiam a percentagem de 35% durante o período de contrato

de dois anos. Alguns patrões tinham uma taxa de mortalidade dos seus trabalhadores na ordem dos 30 %.

Todo patrão que possuía uma taxa de mortalidade muito alta dentre os seus trabalhadores era impedido de obter novos trabalhadores.

Segundo (Bender, 2004), uma cláusula de proteção do código de trabalho de 1928 determinava que os angolanos só pudessem ser forçados a trabalhar em serviços de interesse público.

Era difícil identificar como os angolanos se beneficiavam da participação no sistema de trabalho Português.

Uma das empresas que se beneficiava do sistema de trabalho contratado era a companhia de Diamantes de Angola, Diamang. Nessa empresa os trabalhadores recebiam um salário inferior a 50 escudos por mês para muitos angolanos a única saída desta moderna forma de escravatura era fugir dos seus postos de trabalho.

Segundo (Cabral, 2008 p. 57), os trabalhadores recebiam 75% do salário ao regressarem ao local de origem.

Estes pagamentos eram feitos pelas autoridades e não pelos patrões. A média anual dos lucros realizado era na ordem dos 1.500 escudos por cada homem enquanto o salário anual líquido era na ordem dos 1.200 escudos. Estes salários só eram pagos depois de terem sido deduzidos todos os impostos e o trabalhador ter dado ao Estado quinze dias de trabalho gratuito.

Teoricamente os trabalhadores se beneficiavam de assistência médica na maior parte dos casos esta não existia.

Além do trabalho agrícola os colonos serviam-se dos angolanos não civilizados para os trabalhos mais pesados. Os trabalhadores assimilados ganhavam três ou quatro vezes menos do que os trabalhadores europeus fazendo o mesmo trabalho. Mesmo qualificados eram considerados como sendo trabalhadores de segunda categoria.

Muitos africanos assim como Marcello Caetano (Primeiro Ministro da Colónia) e Henrique Galvão (ex-inspetor da administração colonial), registravam vários relatórios confidenciais demonstrando que os angolanos continuavam a ser dados aos colonos que muitas vezes os tratavam pior do que os seus antepassados tinham tratado os seus animais ou os seus escravos.

Quanto aos cuidados médicos existia um hospital para 280.000 habitantes um médico para 20.000 habitantes uma enfermeira e trinta camas para 10.000 habitantes.

O sistema de trabalho forçado em Angola só foi abolido em 1961 depois que os nacionalistas africanos atacaram as plantações de café e algodão no norte do país onde se encontrava a maior concentração de contratados.

Com essa rebelião em 1961, o Decreto n.º 43 639 acaba com o cultivo obrigatório de algodão que prendia grande quantidade de mão-de-obra.

Tanto a passagem ao sistema geral de assalariado como a racionalização de que a mecanização é um dos sintomas, foram criando condições de produção baseada exclusivamente na exploração intensiva da mão-de-obra, mas também no princípio da produtividade. A mão-de-obra rural foi assim diminuindo.

#### **1.4 Estatutos do trabalho forçado**

Segundo (Silva Menezes, 2008), desde que foi estabelecido em 1878, e consolidado em 1899 o estatuto do trabalho forçado nas colônias, foi se diversificando nas seguintes categorias: trabalho correncial, trabalho obrigatório, trabalho contratado, trabalho voluntário, cultivo forçado e trabalho emigrante.

Características do sistema de trabalho forçado:

- a) Trabalho correncial: pena legal infligida aos angolanos que violavam o código laboral ou deixassem de pagar o imposto per capita
- b) Trabalho Obrigatório: imposto pelo governo para obras públicas quando os trabalhadores voluntários eram insuficientes.

Muitos homens da região se encontravam ausentes em trabalho forçado algures. Por essa razão podiam ver-se mulheres com seus bebês às costas, mulheres grávidas, e crianças trabalhando em estradas com ferramentas primitivas e transportando pequenos baldes de madeira à cabeça cheio de terra enquanto o capataz ou o responsável estava sentado perto pensativamente a braços ao próprio joelho.

- c) Trabalho Contratado: forma economicamente mais importante de trabalho forçado e justamente a mais antiga aplicada nas colônias (foram os contratos primitivamente aplicados logo após a libertação dos escravos).

A esse método bastava não possuir condições de encontrar trabalho que as autoridades se incumbiam de encontrar para ele.

Pelas definições incluíam quase toda a população masculina das colônias. As condições para sua aplicação expunha 95% da população a esta modalidade de trabalho forçado.

Segundo Solival Menezes (2008, p.136), a administração (prefeitura) fornecia nome e endereço do trabalhador e os recrutadores nativos percorriam as aldeias reunindo o número de homens necessário.

Usavam de intimidações no recrutamento dos trabalhadores, com promessa de salários altos que nunca eram pago.

- d) Trabalho Voluntário: exercido na região onde o trabalhador vivia. Os salários eram mais baixos ainda que o trabalho contratado.
- e) Cultivo Forçado: companhias portuguesas ou concessões de terras cedidas pela administração (prefeitura), às quais eram indicados grupos de trabalhadores com salários baixos.

Segundo (Menezes, 2008) as empresas forneciam sementes aos trabalhadores e exigiam um nível mínimo de produção que era compulsoriamente comprado pela companhia a certo preço fixo (muito baixo dos preços de mercado livre).

- f) Trabalho Emigrante: Em Angola, de 15 a 20 mil trabalhadores eram periodicamente levados a trabalhar na Rodésia do Norte (Zâmbia) e África do Sudeste (Namíbia).

Para Solival Menezes (2008 p.137), Essa modalidade de trabalho convencional português e que visava na prática a exportar mão-de-obra constituía uma verdadeira projeção internacional do estatuto do trabalho forçado.



## **2 – O ESTADO ANGOLANO E A ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 1980 -90**

### **2.1 Situações geográficas**

Angola foi colônia portuguesa situada na costa atlântica ao sul da África Austral, com uma extensão territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>, que compreende aproximadamente a área territorial conjunta de Portugal, Espanha, França e Inglaterra (ou Estado brasileiro do Pará). O território é limitado a norte e a nordeste pela República do Congo Brazzaville e República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

O país possui 18 províncias e 163 municípios, tendo como capital Luanda. Uma rica parte do território, o enclave de Cabinda, está separada do restante do país por uma faixa estreita de aproximadamente 50 quilômetros.

O território é caracterizado por grandes diferenças físicas e ecológicas, apresentando do norte ao sul uma vegetação variada: floresta equatorial na bacia central do rio Zaire, savanas com arbustos no centro do território e ao sul, uma terra desértica, sobretudo na região litorânea ao sul de Luanda. Grande parte do território de Angola compõe-se de planaltos superiores a 1000 metros, porém 2.600 metros ponto culminante representado pelo Morro Moco, no Planalto Central (província do Huambo).

A sua grande extensão costeira tem significado econômico tanto para Angola quanto para os países vizinhos que pertencem a SADC (Comunidade para o desenvolvimento da África Austral), República Democrática do Congo e Zâmbia que têm ligação com o Oceano Atlântico através do território angolano.

O país usufrui de agradáveis temperaturas médias anuais, que varia de 18 a 25 graus centígrados em boa parte do seu território, graças à influência da corrente fria de Benguela, que passa junto à costa sul do país, e ao especial formato da sua geografia, permitindo combinações de correntes aéreas.

Atualmente, o país possui uma economia estável proveniente dos seus recursos naturais, conforme destaca Menezes:

O território angolano possui uma estrutura geológica, que lhe permite o surgimento de riquezas minerais de grande significado econômico, como os recursos do setor energético (petróleo, gás natural e carvão), minerais metálicos (ferro, cobre, manganês), minerais não metálicos (diamantes, quartzo, fosfato) e radiativos (torbenite), dentre outros (Menezes, 2000).

Dentre os recursos acima citados, o petróleo é a principal fonte de divisa do país que começou a atrair empresas petrolíferas estrangeiras desde 1956, que extraem e exportam o produto, pagando tributos ao governo local sobre a quantidade explorada. Para além do petróleo, outros metais preciosos, juntamente com o pescado e um pouco de matéria-prima semi-processada para a fabricação de cimento são os principais produtos de exportação, geradores de divisas estrangeiras.

## 2.2 Composições Éticas

Remotamente, o atual território de Angola era habitado por povos bosquímanos que sofreram gradativamente a invasão dos povos bantos que se deslocavam para o sul do país e do continente africano.

Segundo Menezes (200. p.101), a população atual do território angolano é essencialmente de origem banto, termo sugerido em 1856 pelo linguista e pesquisador alemão Wilhelm Bleek.

A ocupação de Angola por esses povos se deu por volta do século XIII e todo conjunto cultural étnico de Angola atual é a expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos bantos numa série de regiões.

A população atual de Angola compreende cerca de 100 grupos etnolinguísticos de origem banto que podem ser agrupados em nove grandes grupos: ambós, bacongos, hereros, lunda-tchokué, ngnguelas, nhanecas-humbes, ovimbundos, quimbundos e xindogas.

“O maior desses grupos é o dos ovimbundos, contendo cerca de 40% da população total do país, inclusive e sendo composto pelos povos bienos, bailundos, seles, sumbis, mbuis, quissanjes, lumbos, dombes, hanhas, gandas, huambos, sombos, cacondas, xicumas e quialas.

O segundo maior grupo de Angola é formado pelos quimbundos, com 20% da população, ocupando parte considerável do território, acima do rio Cuanza, do oceano até a metade do nordeste do país” (Menezes, 200).

Os povos que falam a língua quimbundo é o grupo que mais assimilou a influência europeia, cultivando arroz e café para exportação ainda no século XIX dominando a língua do colonizador e sendo também os primeiros a desenvolver a escrita da sua língua.

Muito dos integrantes da população quimbundo conhecem atualmente apenas a língua portuguesa, apesar de ser comum em Angola o domínio pela população de vários dialetos.

### **2.3 Transições para Estado Nacional**

A República de Angola é um dos mais recentes Estados independentes da África meridional. Integrou um conjunto de territórios que fizeram parte do colonialismo tardio praticado por Portugal até meados da década de 1970.

Sua denominação advém do aporuguesamento do nome do rei Ngola, do Reino do Ndongo no século XVII, atualmente localiza-se onde se encontra a capital do país.

Para a compreensão do processo de luta de libertação é importante relatar o quadro de etnias que compõe sua população. Relatar os pontos específicos do colonialismo porquê nos possibilita entender os elementos que caracterizaram os legados de dependência econômica deixados por Portugal para sua importante colônia africana.

### **2.4 O fim da colonização e as disputas dos movimentos de libertação: origens, contornos e reflexos no mercado de trabalho em Angola.**

Jomo Kenyatta, presidente Queniano (1964–78), foi quem fez a mediação do acordo da independência que estabelecia a formação de um governo provisório português de transição até ao momento da assinatura. Os três líderes dos movimentos de libertação de Angola, (Agostinho Neto – MPLA, Jonas Malheiro Savimbi - UNITA e Holden Roberto – FNLA), estabeleceram uma força armada conjunta, que seria constituído por um efetivo de 1.000 homens de cada movimento de libertação e igual efetivo da tropa de Portugal, para garantir a segurança da população e o restante do efetivo deveria ser desmobilizado.

Uma das tarefas atribuídas ao Governo de Transição referia-se à organização das eleições para a Assembleia Constituinte. Estas deveriam ser realizadas em outubro do mesmo ano e nelas apenas seriam admitidos como candidatos os três líderes dos movimentos de libertação

Esse acordo não foi cumprido, já que os três movimentos mantiveram suas tropas em condições de combate e internacionalizaram o conflito, recebendo apoio de outros países como:

- a) MPLA – Soviético Bloco de Leste, Congo-Brazavile e Cuba;
- b) A UNITA – Estados Unidos da América e África do Sul;
- c) E a FNLA apoiada pela China, Zaire e Romênia.

Com as crescentes intervenções internacionais, o papel de Portugal na mediação do processo de transição tornava-se verdadeiramente insignificante, o que foi manifesto quando, entre 16 e 21 de Junho de 1975, em expressa violação de Alvor, os três movimentos se reuniram em Nakuru, Quênia, sem a presença de autoridades portuguesas.

Este encontro paralelo representou o derrube final dos acordos de Alvor. Perante este cenário, em Agosto do mesmo ano, o V Governo Provisório de Portugal suspendeu o Acordo de Alvor no respeitante aos órgãos de governo de Angola e com Alvor morto, a guerra civil agudizava-se.

Como os três movimentos tinham ideologias diferentes, a meia noite do dia 10 para o dia 11 de Novembro, em Luanda, no Ambriz e no Huambo, os líderes dos três movimentos de libertação procederam a uma pressurosa e algo embaraçosa proclamação da independência de um país partido em três.

A independência foi marcada pela instauração de dois governos:

- a) Governo da República Popular de Angola, sediado em Luanda, sob a égide do MPLA;
- b) e o Governo da República Democrática de Angola, no Huambo. Fruto de uma frágil coligação entre a UNITA e a FNLA, as quais nunca chegaram a produzir um acordo viável e operacional sobre a partilha de poder entre si.

Segundo Catarina Antunes (2009, p.111), Portugal não havia reconhecido num primeiro momento, tal como a OUA, nenhum dos governos. Só em Fevereiro de 1976, o VI Governo Provisório, pressionado por Costa Gomes e Melo Antunes, reconheceu o governo do MPLA em Luanda.

Depois de Angola ter alcançado a independência de Portugal em 11 de novembro de 1975, o país travou uma segunda guerra civil que inviabilizou o desenvolvimento e a mobilidade de pessoas e bens. Os conflitos provocaram o abandono das indústrias e empresas dos proprietários e gestores portugueses, provocando uma redução na produção nacional transformando a economia angolana na informalidade.

Outro fator que provocou a redução na produção e aumento no desemprego foi a política de licenciamento, confisco e nacionalização das empresas abandonadas pelos proprietários. No período após a independência, o país não possuía quadros suficientes para substituir os postos de trabalho abandonados pelos estrangeiros.

A estatização da maior parte das indústrias a partir de 1976 transformou o setor empresarial do país num gigantesco conjunto de instituições públicas, com regras

centralizadas de funcionamento e critérios administrativos de valorização da atividade produtiva.

A guerra eclodiu entre o movimento popular para a libertação de Angola (MPLA), liderado por José Eduardo dos Santos (1979 -), e o movimento da união nacional para a independência total de Angola (UNITA), liderado por Jonas Malheiro Savimbi (1966-2002).

O conflito armado interrompeu as atividades agrícolas, levou ao encerramento do parque industriais, à destruição de pontes, estradas, barragens e caminhos-de-ferro e à ruptura gradual do sistema de saúde e de educação.

Nesse período o Estado não se mostrava capaz de garantir a segurança da população camponesa e todo o cenário da violência o medo dos massacres, da queima das habitações, das pilhagens, dos raptos e das violações, fez com que parte significativa desta população abandonasse o interior do país e migrasse para os centros urbanos mais próximos em busca de trabalho e de segurança.

Segundo o relatório nacional n° 2, apresentado por Maarten Van Klaveren (2009, p.9), Angola iniciou uma série de transações interligadas:

- a) Da guerra para a paz, de um regime de partido único para um sistema de governação pluralista;
- b) De uma economia dominada pelo estado para uma economia baseada no capital próprio.

Durante o período dos conflitos, cerca de um milhão e meio de vidas podem ter sido ceifadas, mais de quatro milhões de pessoas ficaram deslocadas durante os vinte e cinco anos da guerra civil. Em fevereiro de 2002 pelo menos três milhões de deslocados recebiam ajuda humanitária direta.

## **2.5 Movimentos migratórios e crescimento da população**

Nas décadas de 60 e 70, Angola recebeu um importante fluxo migratório proveniente da Europa, enquanto após a independência política, retornaram milhares de refugiados oriundos de países vizinhos, como República Democrática do Congo, Congo Brazaville, Zâmbia, Namíbia e outros.

Nos primeiros cinco anos após a independência, não obstante as perdas humanas nos conflitos armados houve fuga de angolanos e portugueses, sem contar com a transição interfronteiras.

Os recursos humanos foram um fator muito importante do país, passaram a ser estudados somente em 1943, quando se realizou o primeiro e único recenseamento oficial já feito em Angola.

Segundo Menezes (2000, p.97), o território angolano contava com 3.738.000 habitantes, dos quais 3.666.000 (89%) angolanos, 44.000 (1%) europeus e 28.000 mestiços. Em 1978, esse número havia saltado, oficialmente, para 6.769.000 habitantes, com um crescimento médio anual de 1,71% durante 35 anos que separam as duas datas.

## **A tabela 2**

### **População total angolana nos anos (1979 – 2004)**

País	1979 -1981	1989 - 1991	1999 - 2001	2003	2004
Angola	7.056.000	9.352.000	12.399.000	13.625.000	14.078.000

Fonte: Disponível, <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200e/a1200e00.pdf>. Acesso, 19/09/2012.

Segundo a tabela acima, o crescimento médio da população saltou para 2,44% ao ano, crescimento lento provocado pelas perdas humanas nos conflitos armados, fazendo a população atingir, em 2003, 13.625.000 habitantes e em torno de 14.078.000, dados estimados, em 2004, com o crescimento médio de 2,9% ao ano.

## **Estrutura etária da população**

A expectativa de vida era estimada em torno de (41 anos, em 1980, e 45 anos em 1995), Angola é um país essencialmente jovem.

Segundo Menezes (2000, p.99), em 1980, 42% da população tinha idade inferior a 15 anos, com apenas 4% superando a marca dos 60 anos, o que levava a uma idade média de 18 anos.

A população economicamente ativa em 1980 era em torno dos 44%, devido à elevação da taxa de natalidade e algum aumento na duração média de vida dos angolanos. Nestes dados, estão inclusos o grupo dos chamados pré-ativos, isto é, crianças e adolescentes com capacidade laboral.

Estimativas mais realistas indicavam que a população efetivamente produtiva em Angola era de 26,7% da população total, em 1980, atingindo cerca de 1.900.000 pessoas, englobando os trabalhadores domésticos, operários, dentre outros. Em 1985, a PEA alcançava pouco mais de 2.108.000 habitantes.

Estima-se que não houve grandes mudanças desse perfil nos últimos anos, graças ao fim dos conflitos armados e à emergência de dificuldades econômicas recentes.

A distribuição territorial da população angolana, pouco representa em termos tribais, devido aos fortes movimentos migratórios que marcaram a história do país, seja pela fuga ao colonialismo e à luta armada dele decorrente, seja pelo processo de independência, que apresenta concentrações territoriais periódicas que deslocam a população, seja por deslocamento natural motivado por razões étnicas.

No período em que se intensificaram os conflitos armados, surgiu um forte movimento migratório em busca de segurança na capital do país, fazendo com que as autoridades angolanas estimassem, em 1992, uma presença de cerca de 30% dos habitantes apenas nos arredores de Luanda, muitos dos quais fugindo da guerra ou em busca de melhores condições de vida.

Segundo as projeções do Instituto Nacional de Estatística de Angola, indicavam que em 1980 a maior parte dos habitantes cerca de (40%) estavam concentrada nas províncias do Huambo e Bié (também chamadas de províncias do planalto central), a província de Luanda tinha uma densidade populacional de 16,6 habitantes, enquanto a província de Benguela chegava a 14,6, ambas situadas no litoral. Em 1992 cerca de 16,55% da população viviam na província de Luanda. Nesse período, contabilizavam-se segundo dado “oficiosamente” a presença de muitos imigrantes ilegais vivendo nas província de Luanda, no enclave de Cabinda, Banza Congo (capital da província do Zaire) e na província do Uíge, muitos deles provenientes da República Democrática do Congo.

A transição interfronteira, é um fenômeno, característico do continente africano, através dos acordos estabelecidos entre os antigos colonizadores europeus e que são respeitados pelos governos das atuais nações independentes, não coincidem com as fronteiras étnicas, contribuindo para que diferentes povos transitem de um lado para outro das fronteiras oficiais, aumentando ou diminuindo a população de certas regiões.

### **A tabela 3**

#### **População agrícola angolana nos anos (1979 – 2004)**

País	1979 -1981	1989 - 1991	1999 - 2001	2003	2004
Angola	5.392.000	6.969.000	8.912.000	9.680.000	9.962.000

Fonte: Disponível, <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200e/a1200e00.pdf>. Acesso, 19/09/2012

O intenso trânsito da população se fez no sentido das áreas urbanizadas, deixando o campo praticamente abandonado. Dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola indicam crescimento negativo de 0,53% da população rural no biênio 1999/93, embora esses mesmos dados indiquem uma população total majoritariamente rural, com 58% dos habitantes vivendo no campo.

Dadas as peculiares condições da história recente de Angola em termos do êxodo rural seguiu-se um agravamento da fome e da falta de alimentos nos centros urbanos, obrigando o governo a despender altas somas em importações de produtos que antes eram ofertados internamente.

### A estrutura do emprego e desemprego em Angola

**Tabela 4**

#### Luanda e a estrutura da força de trabalho nacional - 1990

Entidade patronal	Nº de empregados	% de empregados	Contribuição de Luanda
Empresas estatais	376.000	8,0	34,0 %
Militares (MPLA & UNITA)	212.000	4,5	—
Setor de emprego formal	839.000	17,9	7,6 %
Setor de emprego informal	3.011.000	64,2	5,0 %
Total	4.688.000	100	19,0 %

Fonte: (Estimativa do Banco Mundial), Inquérito sobre despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda 1990. IDRALF Ministério do plano e UNICEF Angola.

O desemprego constitui um indicador dos desequilíbrios existentes no mercado de trabalho, na medida em que ele exprime os desajustamentos entre a oferta e a demanda por trabalho.

Segundo João Lukombo (2004, P.19), os dados estimados em Luanda em 1992 sobre a taxa bruta de desemprego eram na ordem dos 23,3 % para os homens e 24,9 % para as mulheres.

A tabela acima indica uma estimativa da estrutura da força de trabalho nacional e da força de trabalho em Luanda (cidade com maior concentração populacional). Os dados comparativos da tabela indicam a superioridade do mercado de trabalho em Luanda para o emprego no aparelho do governo central. Por esta representar a cede das instituições do país. No período em análise, Luanda deu uma contribuição na força de trabalho nacional na ordem dos 7,6 %. Nas empresas do estado o emprego correspondia os 34 % da força de trabalho. O setor informal correspondia os 64,2 % da força de



trabalho nacional, provocados por fatores da instabilidade do país. O setor da defesa correspondia os 4,5 % dos militares representando os dois partidos em conflito.

Já em 1993, ano após as primeiras eleições legislativas a população desempregada na cidade de Luanda correspondia a 24% da População Economicamente Ativa (PEA). As mulheres foram as mais penalizadas neste processo constituindo 67,6% da massa de desempregados contra 32,4% de homens.

Num contexto de guerra e de liberalização económica desregulada, a economia entrou em desequilíbrio e descontrolo:

Segundo (Pereira, 2004, p.7), a economia angolana estava em uma situação muito crítica com uma hiperinflação na ordem dos 1.837,7% em 1993, 971,87 em 1994, 3.783,98 em 1995, 1.651,31 em 1996. Por outro lado, agravou-se a situação de ruptura da produção agrícola e industrial nacional com índices muito altos de subutilização dos fatores de produção.

Na década de 90, o grau médio de ociosidade da estrutura produtiva chegou a cerca de 80% no sector industrial e a cerca de 42% no sector agrícola. A hiperinflação num contexto de liberalização descontrolada da economia e paralisia produtiva excetuando-se o sector petrolífero, as camadas trabalhadoras foram as mais prejudicadas.

Os salários ajustavam-se lentamente e os trabalhadores sofriam perdas substanciais de poder de compra. Se a situação era complicada para os trabalhadores que estavam no mercado formal, para os que estavam no mercado informal claramente dominado por mulheres, crianças e adolescentes a situação era pior.

Este mercado foi o que mais sofreu com os efeitos da inflação continuada. O aumento diário dos preços dos produtos aliado às constantes desvalorizações da moeda nacional em relação ao dólar dificultava o desenvolvimento do pequeno comércio que as mulheres realizavam nos mercados.

Nos finais da década de 90, deu-se nova vaga liberalista desta vez ao nível da taxa de juros e da taxa de câmbio, tendo-se igualmente introduzido uma nova unidade monetária - o Kwanza -, com o corte de seis zeros na moeda anterior, passou a ser chamado de Kwanza Reajustado.

O mercado monetário e o mercado cambial não atingiram os níveis de estabilidade desejados:

Segundo (Pereira, 2004, p.8), a dolarização da economia foi acelerada, as taxas de juros dos bancos não refletiam o real preço do dinheiro, a moeda nacional continuou a depreciar-se, embora tivessem ocorrido progressos no

controlo da inflação (116,07% em 2001, 105,59% em 2002, 76,57 em 2003, 31,02 em 2004).

## **2.6 Trabalho assalariado em Angola**

A atividade econômica e trabalho assalariado em Angola apresentam especificidades destacando-se entre estas a interferências das relações pessoais ou o papel de referência das relações pessoais que desempenham os grupos familiares. Não se pode deixar de considerar que a forma como os indivíduos são inseridos no sistema econômico produz distinções ao nível social, destacando-se, em meio urbano, a associação feita pelos mesmos das atividades feitas no setor formal à urbanidade e aos modelos mais próximos da urbanidade.

A estrutura da colonização europeia na África apresentou sinais de transformações econômicas e sociais diferentes em graus de incidências, nas cidades coloniais com fraco desenvolvimento industrial.

O setor industrial em África teve um declínio na década de 1970, nesse período não existia um verdadeiro tecido industrial com bons serviços. Nas empresas não se produzia bons equipamentos a partir deste período e o continente se transformou em um cemitério de fabricas.

O setor terciário, que absorvia a maior parte da população economicamente ativa, era que revelava maior vitalidade especialmente em meio urbano, baseando-se na prestação de serviços pouco especializado.

Rodrigues na sua abordagem mostra que os países africanos devem se industrializar para darem suporte às diversas dificuldades que as suas populações enfrentam:

Segundo Rodrigues (2003, p. 66), a África tem a necessidade de se industrializar porque quase em todas as economias, a indústria manufatureira tem sido agente crítico da transformação estrutural que marca a transição de uma economia rural, de baixa produtividade e baixo rendimento para uma economia dinâmica, sustentada e diversificada.

Todas as discussões em torno da questão do salário em África e Angola em particular tem implícita a noção de que o desenvolvimento se encontra condicionado pela inadequação dos trabalhadores assalariados aos pressupostos de base da economia de mercado.

A contribuição das atividades secundárias para o rendimento dos agregados é cerca de três vezes mais importante nos agregados pobres do que nos menos pobres. O trabalho assalariado não constitui a forma dominante no que respeita às atividades

geradoras de rendimento, registrando-se o predomínio do trabalho independente, agricultura familiar, a pequena produção no setor informal e o trabalho assalariado ocasional.

Segundo (Rodrigues, 2003, p.79), o assalariado existia apenas na administração entre certos efetivos do setor moderno, nas grandes organizações, nas firmas multinacionais, nas indústrias nacionais e pequenas e médias empresas, tendo o essencial das atividades econômicas lugar no setor rural e informal urbano, desde as atividades relacionadas com artesanato passando pelos pequenos ofícios marginais de rua e até ao emprego do setor agrícola.

## **2.7 O mercado formal e informal em Angola.**

Durante o período em análise as grandes cidades do país eram os principais locais de concentração das populações onde as possibilidades de garantir a sobrevivência e a reprodução das famílias era assegurada.

Nas grandes cidades as perspectivas de trabalho eram mais diversificadas e ofereciam oportunidades para os migrantes, realizarem as suas atividades econômicas para a sobrevivência das suas famílias, apesar do declínio do emprego no sector formal a informalidade era o refúgio da maior parte da população.

O desemprego crescente era visto pelas instâncias governativas e pelos agentes do desenvolvimento como um problema temporário. O setor informal foi importante para amortecer e dar suporte à sobrevivência de diversas famílias deslocadas de guerra.

Desta forma a interação entre os mercados formais e informais de trabalho são expressões positivas no decorrer do processo de negociação de paz que mostraram como a capacidade de adaptação da população às condições económicas e sociais adversas.

Desta forma o setor informal representava uma solução no curto prazo, mas muitas interrogações eram colocadas quanto à possibilidade de este tipo de atividades permitir a longo prazo, quer a sua própria reprodução quer a melhoria das condições de vida da vasta camada da população que se apoiavam na sobrevivência e reprodução deste tipo de atividades.

Como mostrou Rodrigues, esta forma de economia baseada na informalidade é comum em diversos países africano:

Segundo Rodrigues, (2003, p.82), existem várias propostas de enquadramento das atividades do mercado de trabalho em África, considerando alguns analistas a existência de cinco segmentos homogéneos no mercado de trabalho em África: os trabalhadores independentes com capital, os assalariados protegidos, os trabalhadores irregulares, os trabalhadores independentes marginais e os assalariados não protegidos, sendo estes três últimos tipos aqueles que apresentam um estatuto de

emprego vulnerável e que representam cerca de 60% dos trabalhadores das zonas urbanas de África.

Segundo relato acima os mercados informais não são apanágio das economias e sociedades dos países em desenvolvimento. Mesmo nos países mais centrais, se registram a existência de aspectos informais no desempenho das atividades formais.

Em Angola as pessoas da mesma origem étnica têm tendência de praticar os mesmos ofícios. Entre o sector dominante e o sector informal existem relações de conflito, de complementaridade e de exploração.

Atualmente, nos países do terceiro mundo, uma proporção maior de agregados familiares urbanos combina com fontes de rendimentos formais e informais. A economia informal organiza-se através das relações de parentesco, étnicas, de solidariedade ou de violência.

Eles têm os seus códigos, as suas sanções e as suas hierarquias.

Rodrigues define o mercado informal como:

Segundo Rodrigues, (2003, p.89), o sector da economia africana que não está registado nas estatísticas e não é regulado pelo controle do Estado e por taxas. Não sendo estruturado, refere-se à pequena produção, utilizando técnicas muito simples e de trabalho intensivo com um mínimo de capital. As capacitações são improvisadas, os salários são geralmente baixos e irregulares, frequentemente envolve mulheres como empresárias; não está limitado às áreas urbanas e muitas vezes ligam atividades urbanas e rurais. Regista-se certa tendência para os produtores se unirem, mas as trocas no interior do sistema são reduzidas, apesar de existirem frequentemente ligações de troca com o formal.

No sistema de mercado informal o seu funcionamento é regulado pelos governos provinciais, através de introdução dos fiscais que exercem serviços de cobrança de taxas diárias aos vendedores ambulantes.

Durante o período em análise existia um défice de quadros superiores em todo país que contribuíam no aumentando na taxa de desemprego.

### **3. A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E O MERCADO DE TRABALHO APÓS A INDEPENDENCIA (1975-2010)**

#### **3.1 O fim da guerra civil entre o governo do MPLA e a UNITA: caracterizando a mão-de-obra, (des) emprego e mercado de trabalho após a assinatura da paz 2002.**

No dia 4 de Abril de 2002, foi assinado o Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka, para resoluções das demais questões militares pendentes. Amnistiando todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado, cessando as hostilidades, desmobilizando as forças militares da UNITA, e reintegrando-as nas Forças Armadas Angolanas. O mesmo reuniu as condições para a conclusão do Protocolo de Lusaka.

Com assinatura do memorando da paz intensificou o fluxo migratório para as cidades, contribuindo na expansão dos mercados informais de emprego onde as populações foram se instalando a procura de melhores condições de vida e segurança.

Segundo o relatório do Ministério do Planeamento (2004, p.12), uma das consequências das perturbações dos mercados de emprego foi à presença de taxas elevadas de desemprego urbano, que se situavam em torno dos 46%. Acidade de Luanda ultrapassava este valor, com uma taxa de desemprego local de 48%.

Nesse período em estudo, a maioria da população economicamente ativa não possuía nível aceitáveis de qualificação profissional, o que reduzia as suas oportunidades de obtenção de um emprego de qualidade.

A distorção dos mercados de trabalho, baixos salários, precariedade do emprego e baixo nível profissional da mão-de-obra, constituíam fortes impedimentos ao desenvolvimento e ao aumento da produtividade dos rendimentos das famílias em particular as mais pobres.

O relatório nacional n° 2 (2002, P.16), revelou que 56% da juventude urbana dos 20 a 24 anos trabalhavam por conta própria no sector informal em 2001.

A maioria sobrevivia vendendo mercadorias nos mercados informais e nas ruas. A categoria masculina dos indivíduos com menos de 30 anos eram considerada bastante atraente à criminalidade, particularmente em Luanda a incidência de crime era elevada.

Segundo as estimativas da OIT de 2002, dos 5 milhões da população economicamente ativa com idades compreendidas entre 15 e 64 anos, trabalhavam no setor agrícola.

Os dados da tabela 05 indicam que em 2002, dos 7.300.889 do total da população rural, cerca de 1,10% da população estavam envolvidas na agricultura comercial, enquanto que todas as outras baseavam a sua existência na agricultura de subsistência.

Dos 7.589.585 do total da população urbana, estima-se que cerca de 5,53% da população economicamente ativa trabalhavam no funcionalismo público e em atividades formais de (re) construção controladas pelo Governo. Das restantes 9,62% da população economicamente ativa trabalhavam no setor informal.

Segundo as estimativas da UNICEF de 2002 estima-se que cerca de 85% dos chefes de família do sexo feminino e 75% dos chefes de família do sexo masculino trabalhavam por conta própria nas empresas informais no sector privado. Atualmente estima-se que cerca de 57%, das mulheres operam diretamente no sector informal e 40% trabalham na agricultura e só 3% nas indústrias como atividade principal.

Um dos fatores que contribuíram para a disparidade da riqueza e do aumento dos mercados informais entre as população estava na natureza intensiva do capital do sector petrolífero, que era o mais protegido pelo Estado, enquanto que os outros sectores da economia tinham entrado em colapso durante as três décadas de guerra civil.

### **3.2 O aparecimento da indústria petrolífera em Angola**

A economia angolana é dependente fortemente das receitas do petróleo, um sector de capital intensivo com pouco impacto no fornecimento de emprego.

O petróleo angolano foi descoberto no século XVIII, já em 1960 o país entra na orbita dos grandes produtores africanos, com expansão da indústria petrolífera. O mesmo é a principal fonte de receitas para o estado angolano, receitas que representam mais do que a metade das receitas fiscais e que são canalizadas para a elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Protegido da guerra civil, o sector petrolífero continuou a crescer, duplicando a sua produção entre 1990 e 2003, atingindo quase 1 milhão de barris/dia.

Segundo o relatório das perspectivas económicas na África (2004, p.52), em 2003 o petróleo era responsável por mais de 45% do PIB, contribuindo com 75% nas receitas do Governo e em 90% das exportações.

A lei das atividades petrolíferas regula toda atividade petrolífera e determina o âmbito legal para as atividades petrolíferas, clarificando que todos os direitos minerais

do petróleo pertencem ao Estado e indica como única concessionária dos direitos para todas as atividades da prospecção, pesquisa, produção, exploração do petróleo e gás a SONANGOL. A SONANGOL tem a responsabilidade exclusiva das atividades acima citadas e ainda a autorização de associar-se a companhias estrangeiras para a realização de tais atividades.

A lei tem como principais aspectos:

- a) Sistema de obrigatoriedade do concurso público e regime da negociação direta;
- b) Supervisão das operações petrolíferas com o principal papel de destaque o Ministério dos Petróleos e a SONANGOL;
- c) Princípio da responsabilidade;
- d) Proteção das empresas nacionais;

Essa Lei confere ao estado as regras de acesso e de exercícios das operações petrolíferas nas áreas disponível da superfície e submersa do território nacional, das águas interiores, do mar territorial da zona econômica exclusiva e da plataforma continental.

A empresa estatal é proprietária dos campos de extração e de exploração do petróleo e é responsável por 35% das vendas de petróleo do país. A empresa assinou contratos de repartição de produção com as maiores empresas petrolífera ocidentais, liderada pela Chevron Texaco e pela Total, responsáveis respectivamente por 61% e 27% da produção total.

Segundo (João Chimpolo, 2009), a história do petróleo em Angola pode ser distinguida em três importantes períodos:

- a) Fase da descoberta (1910 – 1952);
- b) Fase de confirmação e Exploração (1952 – 1974);
- c) Fase de estruturação e desenvolvimento (1974 – 1995).

Estes acontecimentos impulsionaram o desenvolvimento do setor petrolífero, alicerçando as bases que levaram o setor na liderança da economia do país.

Principais companhias que operam no setor petrolífero em Angola:

Operam no país 18 companhias nacionais e estrangeiras. Das quais 5 operadoras e 13 associadas as atividades operacionais.

Na tabela nº 06 estão a presentada as companhias e blocos que intervêm no setor petrolífero angolano:

**Tabela n° 06****Companhias e blocos que intervêm no setor petrolífero angolano**

<b>Companhias</b>	<b>Nacionalidade</b>	<b>Função</b>
Sonangol P& P	Angolana	<b>Operadora</b>
Chevron Texaco	Americana	"
Esso	"	"
BP	Britânica	"
Total Fina Elf	Francesa	"
Ajoco e Ajex	Japonesa	<b>Associada</b>
Eni Angola	Italiana	"
Galp energia	Portuguesa	"
Inanafta	Jugoslava	"
Naftagas	Croata	"
Norks Hydro	Norueguesa	"
Statoil	"	"
Petrobras	Brasileira	"
Svenska	Sueca	"
Sinopec Inten.	Angolana (parceira)	"
Somol	Angolana	"
SSI	Angolana (parceira)	"

Fonte: Ministério dos petróleos, revista o petróleo (2009, p.26).

Contém mais de trinta empresas subsidiárias, que operam em sectores tão diversos como a banca, a indústria, as telecomunicações e os transportes. Concomitantemente com a sua influência política e acesso privilegiado ao capital, pode criar impedimentos à entrada de novos agentes neste segmento de mercado.

Entre 2004 e 2007, Angola registou um aumento na produção global, superando países como o Brasil, Azerbaijão, Líbia e Cazaquistão. Mais tarde, ultrapassou, brevemente, a Nigéria, como principal produtora de petróleo em África.

Importa referir, ainda, que Angola está inserida, desde Dezembro de 2006, na OPEP (Organização dos países exportadores de petróleo, criada em 1960).

Segundo o relatório n° 2 que aborda sobre a Visão Geral do Trabalho e Emprego das Mulheres em Angola (2009, p.28), durante o período da guerra civil, as indústrias transformadoras perderam importância e muitas delas foram destruídas totalmente.

No período em análise, o crescimento anual médio das indústrias estava em torno dos 16% entre os anos de 1997-2007.

Com o plano do governo central em termos de industrializar, o setor industrial está sendo expandido principalmente nos sectores de produção de metal, da engenharia, plásticos e produtos associados.



### **3.3 Obras públicas em Angola**

A partir de 2005, iniciou-se a reconstrução nacional e a reabilitação definitiva de infraestruturas.

A República Popular da China tem tido um papel importante no apoio à reabilitação das infraestruturas do país. No entanto, também nesta área a China obteve vantagens, de que podem destacar-se as seguintes: postos de trabalho para milhares de trabalhadores que se encontrem em Angola 30 000 trabalhadores chineses, calculando-se que em 2008 esse número tenha aumentado para 80 000 contratos para as empresas chinesas, com tecnologia chinesa, pessoais técnicos e operários maioritariamente chineses e material importado da China.

Verifica-se, no entanto, que algumas empresas chinesas a trabalhar em Angola ao abrigo das linhas de crédito concedidas pretendem estabelecerem-se no país, uma vez terminados os contratos acordados com o estado angolano. Algumas destas empresas, como a China Jiangsu e a China Roads and Bridges Cooperation, comprometeram-se a investir capitais próprios em projetos no sector privado. A SinoHydro, uma das maiores empresas de engenharia chinesas no sector energia hidráulica, foi contratada pelo Banco Mundial para uma rede de fornecimento de água no valor de 20 milhões de US dólares.

O facto de Angola ter ainda limitada capacidade para realizar estes projetos e a circunstância de a China ter um historial de construção de qualidade, com maior rapidez de execução e menores preços que outros concorrentes, deverão contribuir para o crescimento do IDE chinês em Angola (Campos e Vines 2008).

### **3.4 A presença de empresas chinesas em Angola e o mercado de trabalho**

As relações politico-institucionais entre os dois países datam da altura da conquista da independência da República de Angola, altura em que se consagra como Estado de Jure.

A 12 de Janeiro de 1983, as relações diplomáticas entre os dois países concretizaram-se através de um Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Popular da China e a então República Popular de Angola.

Dilma esteve, destaca as principais contrapartidas do relacionamento China com Angola:

a) o Petróleo; b) o acesso aos mercados angolanos; c) a utilização do poder geopolítico de Angola; d) o apoio internacional para o isolamento de Taiwan.

No que diz respeito a Angola: a) a importância do crédito chinês; b) a troca de experiências; c) a cooperação na área militar; d) a cooperação tecnológica; e) a cooperação médica; e f) os benefícios do relacionamento com um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Em 2000, a China perdoou a Angola uma dívida estimada em termos dos 81 milhões de dólares, a quando a realização do Fórum para a Cooperação.

Angola tornou-se o maior parceiro comercial da China na África, com o comércio bilateral atingindo a soma dos US\$ 25,3 bilhões de dólares em 2008, antes da crise financeira internacional.

### **3.5 A contribuição da China na reconstrução das obras públicas do país**

Passando os anos da guerra-civil, Angola necessitou de uma reconstrução geral no nível de infraestruturas.

Segundo Diogo Pautasso (2010, p.114), foram assinados três acordos de crédito nos dias 2 de Março de 2004, 19 de Julho de 2007 e 28 de Setembro de 2007, nos valores de 2 bilhões, 500 milhões e 2 bilhões de dólares, respectivamente.

Os projetos são encaminhados pelo governo angolano ao Grupo de Trabalho Conjunto, formado pelo Ministério das Finanças de Angola e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China (MOFCOM). Um Gabinete de Apoio Técnico de Gestão da Linha de Crédito da China tem acompanhado a execução de todos os projetos financiados.

Os mesmos correspondem a uma centena de projetos: em setores como da saúde, educação, energia, águas, pescas, correios e telecomunicações, obras públicas e agricultura.

O pagamento é efetuado após a conclusão da obra. O Eximbank realiza o pagamento às empresas contratadas (geralmente, as empreiteiras chinesas) pelo débito da importação de petróleo angolano (com taxas de juros baixas e prazos alongados de pagamento sem mobilização de moeda forte – dólar).

Todos os projetos do governo chinês para Angola estão voltados à infraestrutura. Nesse campo destacam-se os setores dos transportes, energia e comunicação, bem como o aparelho urbano.

Segundo Pautasso (2010, p.115), no setor ferroviário, destaca-se a recuperação da ferrovia Lobito (Benguela), Luau (Moxico) com mais de 1.300 km ligando a costa Atlântica à fronteira com a Zâmbia e à República Democrática do Congo, ao custo de 1,8 bilhões de dólares e utilizando 3 mil trabalhadores angolanos e 1,5 mil chineses<sup>5</sup>; a reabilitação da ferrovia Namibe-Menongue, com mais de 900 km, no valor de 2 bilhões de dólares; e a ferrovia Luanda, com 444 km, no valor de 90 milhões de dólares. Além disso, há a construção do novo aeroporto internacional de Luanda, no valor de 450 milhões de dólares.

Além do setor ferroviário, o setor de energia e água tem recebido grande atenção, como atestam as obras de construção e reabilitação das redes elétricas das províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Bié, Lubango e Namibe.

No setor rodoviário foram reabilitados 107 km da rodovia Ondjiva/Xangongo (na província do Cunene, que liga o país à Namíbia) foram asfaltados e sinalizados pela empresa China Road.

Houve também muitas obras nas infraestruturas para a melhoria dos serviços públicos nos setores de saúde, educação e ciência e tecnologia.

A China ofereceu ainda suporte técnico, com o envio de médicos chineses e o treinamento dos angolanos. É evidente que tais políticas públicas criam um substrato para o desenvolvimento e a melhoria dos indicadores sociais.

No campo educacional, segundo o Ministro da Educação, António da Silva, a cooperação com a China está na construção, aparelhamento e transferência de conhecimentos em 53 instituições de ensino tecnológico. Entre estes, destacam-se a construção de 13 institutos politécnicos de ensino médio em 2007 e mais 21 em 2009, cuja atuação técnico-profissional passa por ramos diversos, desde gestão agrícola até administração.

Os estádios de futebol eu foram utilizados no Campeonato Africano das Nações (CAN), que realizar-se em 2010, contam com apoio técnico e financeiro chinês.

Nesse sentido, as relações sino-angolanas são, de um lado, impulsionadas pelas “brechas” abertas pela transição sistêmica e, de outras representativas da reorganização do sistema internacional.

Embora Angola seja o lado mais frágil da relação bilateral, é importante destacar que o país possui certa autonomia decisória para sustentar o interesse nacional. Ou seja,

Angola tem barganhado sua inserção internacional e obtido as concessões necessárias à reconstrução e ao desenvolvimento nacionais.

Além das exigências do governo de Angola no que diz respeito à contratação de trabalhadores angolanos para as obras realizadas por empreiteiras chinesas e à montagem de produtos importados da China (como ônibus) no próprio país, o governo de Angola tem estimulado a criação de joint ventures com empresas chinesas, de modo a se apropriar de técnicas produtivas e de gestão.

Mais do que isto, o governo tem buscado ainda a melhoria da situação do comércio exterior e da gestão do setor petrolífero, cruciais para a economia angolana e para a autonomia internacional do país.

Angola tem cumprido um papel importante como maior fornecedor chinês de petróleo. O país tornou-se um grande exportador, o 3º maior produtor da África (atrás de Nigéria e Líbia em 2007) e é membro da OPEP desde janeiro de 2007.

Importante salientar que Angola produzia 150 mil barris de petróleo por dia em 1980 e em 2008 alcançou mais de 1,972 mb/d. Além de contribuir para a segurança energética chinesa, Angola tornou-se um crescente mercado para as empresas chinesas em um continente que, apesar dos problemas socioeconômicos, tem expressiva população e demanda em expansão.

O resultado geral é o deslocamento econômico-diplomático euro-americano do continente para a China e a alteração da correlação de forças no quadro da transição sistêmica.

Da mesma forma, o século XXI tem proporcionado oportunidades ao continente africano, após a década da descolonização (1960), a década das revoluções (1970), a “década perdida” dos ajustes econômicos (1980) e a marginalização do continente nos assuntos internacionais (1990).

Percebe-se, portanto, que Angola evita todo tipo de vinculação unilateral com a China, mas a utiliza para escapar às imposições das grandes potências (EUA e antigas metrópoles) e dos organismos internacionais (como FMI) que frequentemente violam a soberania dos países periféricos.

## Conclusão

Em Angola a busca de terra foi mais intensa em relação com as outras colônias portuguesas, com a consequência de influxo de colonos e comerciantes brancos. A questão foi muito mais complexa ao norte do Cuanza (Sul do país), onde os portugueses exploravam intensamente a cultura do café utilizando a violência física para confiscar as terras de exploração coletiva (tanto as formas de trabalho compulsório e o confisco de terras alteram profundamente as estruturas sociais e políticas dos povos nativos).

A principal preocupação económica dos portugueses nesse período em análise era o comércio, e não agricultura como aconteceu na colônia da América do Sul. Eles preferiam exportar escravos para enriquecer as plantações brasileiras a desenvolver em Angola a agricultura de plantação em larga escala.

O setor industrial em África teve um declínio na década de 1970, nesse período não existia um verdadeiro tecido industrial com bons serviços. Nas empresas não se produzia bons equipamentos a partir deste período e o continente se transformou em um cemitério de fabricas.

Pela primeira vez realizou-se em Angola (31/10/2012), uma cerimónia que constitui um marco histórico no processo de prestação de contas das empresas públicas em todo o país.

Nas grandes cidades as perspectivas de trabalho eram mais diversificadas e ofereciam oportunidades para os migrantes, realizarem as suas atividades económicas para a sobrevivência das suas famílias, apesar do declínio do emprego no sector formal a informalidade era o refúgio da maior parte da população.

## Referências:

11ª Assembleia - Geral. Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Inserção da Mulher Angolana no Mercado de Trabalho. Trabalho de Pesquisa. Relator Aline Pereira. Luanda (Capital), ANGOLA: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), 2004. 17 p.

A História da Cidade de Luanda. Cidade Luanda, ANGOLA. 2012. [http://cidadeluanda.com/pages/luanda\\_historia.asp](http://cidadeluanda.com/pages/luanda_historia.asp). Acesso em: 10/04/2012. 1 p.

Atividade Laboral na República de Angola. Lei Geral do Trabalho nº 02/00 de 11 de Fevereiro e Lei nº 17/90, de 20 de Outubro, Sobre os Princípios a Observar Pela Administração Pública. <<http://www.info-angola.ao>>. Acesso em: 10/04/2012. 4 P.

BENDEL. G.J. 1. ed. Luanda: Angola Sob o Domínio Português - Mito e Realidade. 2004. 406p.

Chimpolo, F. M. João. Tese. O impacto do petróleo no crescimento econômico de Angola. 2009, 60 p.

Esteves, K. P. Dilma. Relações de Cooperação China – África: O caso de Angola. (Tese de Mestrado). 2008, 278p.

FERREIRA, E.S. A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74. Vol. XXI. 1985. 110p.

FONTOURA, M. Paula. ; VALÉRIO, N. A evolução econômica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese. *Análise social*, vol. XXIX (192), 1994. 16 p.

Gomes, C. Antunes. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Universidade de Coimbra. 2009. 464p.

GREENBERG, M. E. ; MCMLLAN, D. ; ORNELAS, J. A.; SANTOS, B. N. E. Participação da Mulher na Reconstrução de Angola no Seu Processo Político e Instituições. Projeto Bureau para Programas Globais, Pesquisa de Terreno de Apoio, Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional. Vol. I, 1997. 104 p.

HUGHIE, M.; KLAVEREN, M.V.; MARTIN, N. R.; TIJDENS, K. Visão Geral do Trabalho e Emprego das Mulheres em Angola. Pesquisa sobre a mulher angolana, Amsterdam, Países Baixos, 2009. 46 p.

KIALA, P. K. Diagnostico Social – Demográfico de Angola Numa perspectiva de Integração Entre População e Desenvolvimento, 2009.

Lukombo, J. B. Coimbra: Desemprego e crise social em Luanda. 2004, 33p.

LUKONDE, L. Angola: Movimento migratório e estado pré-coloniais – Identidade nacional e autonomia regional. 2003. 10 p.

MAPESS – Ministério da Administração Pública, Emprego Segurança Social. Estatísticas dos Centros de Emprego, Gabinete de Estudos e Planeamento ANGOLA. [www.mapess.gov.ao/aspx](http://www.mapess.gov.ao/aspx), 2010. Acesso em 10/04/2012.

MENEZES, S. São Paulo: Mama Angola: Sociedade e Economia de um país Nascente. 2000. 409p.

Ministério do Planeamento. Reinserção Social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilização Económica ANGOLA. Relatório, Estratégia de Combate à Pobreza. Direção do Planeamento, 2004.

PAUTASSO, D. A Economia Política Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistêmica. Artigo. Porto Alegre, Vol. I. 2010. 107 p.

Reconstrução de Angola Precisa Alcançar o Estado. Luanda (Capital), Folha de S. Paulo BRASIL. 2010. Editor Agnaldo Brito (Enviado Especial a Angola). Acesso em: 10/04/2012. 06 p.

ROCHA, A. Perspectivas Económicas de Angola Após a Paz. Artigo. 2006. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 10/04/2012. 15 p.

ROCHA, M. J. A. Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola- Os Fatores de Competitividades Territoriais. Universidade Católica de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica (Investigador Milton Reis), 2010. 89 p.

Rodrigues, U. C. Lisboa. Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda. 2003, 383 p.

Rosinha, R, R, P, G, Maria. Dissertação de Mestrado. A China em África: parceria igual ou desigual. 2009. 135 p.

Tendências do Desenvolvimento em Angola e Moçambique: Investimento Comercia e cooperação ANGOLA. 2010. Relatório. [www.ieei.pt/file/tendencias-de-desenvolvimento.pdf](http://www.ieei.pt/file/tendencias-de-desenvolvimento.pdf). Acesso em: 10/04/2010. 42 p.

## Anexos

**Tabela n° 1**

**Quantidade setorial de empresas públicas, privadas e mistas (abril, de 1984).**

Setores	Empresas Públicas	Empresas Privadas	Empresas Mistas	Total Setorial
Agricultura	65	14	0	79
Comércio Externo	9	18	0	27
Comércio Interno	48	50	1	99
Construção	24	12	4	40
Energia	5	3	1	9
Indústria	139	91	11	241
Pesca	21	15	1	37
Petróleo	2	10	0	12
Transportes	64	21	1	86
Outros	24	33	0	57
<b>Total geral</b>	<b>401</b>	<b>267</b>	<b>19</b>	<b>687</b>

Fonte: Ministério da Indústria, Registro geral de empresas. Compilado por Menezes, Solival, 2000. p.394.

**Tabela n° 2**

<b>Empresas públicas, privadas e mistas por número de empregados.</b>			
Percentagem do total de empresas			
Número de empregados	Públicos	Privados	Mistos
1-49	17,4%	43,6%	5,5%
50-99	12,5%	24,7%	16,8%
100-249	25,3%	21,9%	16,6%
250-499	17,1%	6,2%	16,7%
500-999	14,8%	3,2%	22,2%
1.000-2.499	9,7%	0,4%	11,1%
Mais de 2.500	3,2%	-	11,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Ministério da indústria, registro geral de empresas, abril de 1984.

Compilado por Menezes, Solival, 2000. p.394.



**Tabela nº 3**

Situação setorial do emprego nas empresas (mil trabalhadores).				
Setor	Empresas Públicas	Empresas privadas	Empresas Mistas	Total Setoriais
Agricultura	63,6	3,3	-	66,9
Comercio Externo	0,5	1,1	-	1,6
Comercio Interno	20,0	3,8	0,4	24,2
Construção	12,0	2,1	2,0	16,1
Energia	2,5	0,2	0,6	3,3
Indústria	52,2	9,7	23,1	85,0
Pesca	6,9	1,2	0,2	8,3
Petróleo	3,2	3,2	-	6,4
Transporte	26,2	2,3	6,0	34,5
Outros	5,7	0,8	-	6,5
Total geral	192,8	27,7	32,3	252,8

**Fonte:** Ministério da Indústria, registro geral de empresas, dados de abril de 1984.  
 Compilado por Menezes, Solival, 2000. p.395.

**Tabela nº 4**

Petróleo: produção, preços e receitas de exportação.						
	1980	1982	1984	1986	1988	1990
Produção total (milhões de barris)	40,7	39,2	61,1	92,1	146,1	159,5
Preço médio Barril (US\$)	34,2	27,8	27,3	12,6	14,5	22,1
Receita de Exportação (milhões de US\$)	1.391	1.525	1.748	1.164	2.125	3.525

Fonte: Banco Mundial. Compilado por Menezes, Solival, 2000. p.400.

**Tabela nº 5**

População economicamente ativa setorial absoluta e em percentagem (1985)		
Setor	Milhares de empregado	Percentagem
Agricultura	756	35,8
Construção	155	7,3
Indústria	238	11,3
Serviços	403	19,1
Setores não produtivos	485	23,0
Desempregados	71	3,5
Total	2.108	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Ministério do plano. Compilado por Menezes, Solival, 2000. p.403.